

Superior Tribunal de Justiça

PET no HABEAS CORPUS Nº 511.856 - SP (2019/0147516-2)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
REQUERENTE : **MARCUS VINICIUS DOMINGOS**
ADVOGADOS : **ALFREDO ERMIRIO DE ARAUJO ANDRADE - SP390453**
 LUIS HENRIQUE PICHINI SANTOS - SP401945
 LUCAS BORTOLOZZO CLEMENTE - SP435248
REQUERIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
REQUERIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de petição (e-STJ fls. 131-270) protocolada por MARCUS VINICIUS DOMINGOS em que se pretende a concessão de alvará de soltura ou a determinação de prisão domiciliar para tratamento de doença grave, sob o fundamento de estar recluso em presídio superlotado.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 3 (três) anos e 8 (oito) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, como incurso nas sanções do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 em concurso material com o delito previsto no art. 333 do código Penal (e-STJ. fls. 14-21).

O Tribunal de origem deu provimento ao recurso ministerial para cassar a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, bem como para estipular o regime inicial fechado para o cumprimento da pena privativa de liberdade imposta (e-STJ. fls. 80-87).

Impetrado *habeas corpus* pleiteando a fixação da pena em regime semiaberto e a sua substituição por restritiva de direitos, **foi concedida a ordem** de ofício, nos termos do art. 654, § 2º, do CPP, a fim de fixar o regime inicialmente **semiaberto** para o cumprimento da pena, mantidos os demais termos do acórdão impugnado (e-STJ fs. 122-124).

A decisão transitou em julgado em 16/9/2019 (e-STJ fl. 129).

Após, foi protocolada a presente petição, em que se busca a soltura do peticionário, sob a alegação de doença grave e superlotação dos presídios.

Decido.

Compulsando os autos, verifica-se que nada há a deferir.

O presente *habeas corpus* foi devidamente processado e julgado, tendo inclusive ocorrido seu trânsito em julgado em 16/9/2019, consoante certidão de e-STJ fl. 129.

Ademais, o pedido não guarda correlação com o objeto desta ação e não foi analisado previamente pelas instâncias ordinárias, razão pela qual seu exame diretamente por esta via incidiria em indevida supressão de instância.

Com efeito, nada há a deferir.

Arquivem-se os autos.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

